

# Notas sobre a questão de classe no Brasil nos anos 2000

Iderley Colombini Neto<sup>1</sup>

## Resumo

Os anos 2000 no Brasil foram marcados por um processo político-econômico singular em sua história. Embora inserida no neoliberalismo essa década foi marcada no Brasil pelo fortalecimento das políticas sociais com crescimento econômico e melhora na distribuição de renda, mas também por uma reprimarização da economia. Dentro desse quadro se constituíram muitas análises tentando explicar esse momento singular através das disputas de classe, identificando em determinadas frações a primazia para tal modelo de desenvolvimento. Apesar da importância desses estudos, boa parte deles reduz a dinâmica da sociedade capitalista aos conflitos de interesse das frações de classe, no qual todas as determinações sociais se dariam a partir da estrutura política. Não por acaso, grande parte dessas análises se originam de um arcabouço 'estruturalista' para explicar o desenvolvimento do sistema capitalista, muito influenciado pela concepção funcionalista de Estado de Nicos Poulantzas. A intenção desse trabalho não é minimizar a importância do conflito de classe no modo de produção capitalista, ao contrário, tenta entendê-lo de acordo com a sua contradição fundante entre capital-trabalho, do qual o conflito de classes se apresenta como uma forma dessa contradição. Dentro dessa perspectiva, esse trabalho analisará as principais abordagens do conflito de classe no Brasil durante os anos 2000, buscando analisar teoricamente e historicamente as suas limitações.

**Palavras-Chave:** Brasil anos 2000, teoria crítica, análise de classes, economia Marxista.

## Abstract

The 2000s in Brazil were marked by a singular political-economic process in its history. Although it inserted into the neoliberalism that decade was marked in Brazil by strengthening social policies with economic growth and improved income distribution, but also by a reprimarization of the economy. Within this framework were constituted many analyzes trying to explain this singular moment through the class struggle, identifying in certain fractions precedence for such a development model. Despite the importance of these studies, most of them reduce the dynamics of capitalist society to conflicts of interest of the class fractions in which all social determinations depart directly from the policy structure. Not surprisingly, most of these analyzes originate from a 'structuralist' framework to explain the development of the capitalist system, greatly influenced by the functionalist conception of the State of Nicos Poulantzas. The intention of this work is not to minimize the importance of class conflict in the capitalist mode of production, instead tries to understand it according to its foundational contradiction between capital and labor, which the class struggle is presented as a form of this contradiction. Within this perspective, this study will analyze the main approaches of class conflict in Brazil during the 2000s, trying to analyze theoretically and historically its limitations.

**Key-words:** Brazil 2000s, critical theory, class analysis, Marxist economics.

**Área 2** – Economia Política.

**Classificação JEL:** B51

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e graduado pela Universidade de São Paulo (FEA-USP). O autor agradece as sugestões e discussões com Danielle Pereira de Araújo, obviamente se comprometendo com qualquer erro ou omissão. Agradece também ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Email: [iderley\\_colombini@hotmail.com](mailto:iderley_colombini@hotmail.com).

## Introdução

Os anos 2000 no Brasil foram marcados por um processo político-econômico singular em sua história. Embora inserida no neoliberalismo essa década foi marcada no Brasil pelo fortalecimento das políticas sociais com crescimento econômico e melhora na distribuição de renda, mas também por uma reprimarização da economia. Dentro desse quadro se constituíram muitas análises tentando explicar esse momento singular através das disputas de classe, identificando em determinadas frações a primazia para tal modelo de desenvolvimento. Apesar da importância desses estudos, boa parte deles reduz a dinâmica da sociedade capitalista aos conflitos de interesse das frações de classe, no qual todas as determinações sociais se dariam a partir da estrutura política. Não por acaso, grande parte dessas análises se originam de um arcabouço ‘estruturalista’ para explicar o desenvolvimento do sistema capitalista, muito influenciado pela concepção funcionalista de Estado de Nicos Poulantzas. A intenção desse trabalho não é minimizar a importância do conflito de classe no modo de produção capitalista, ao contrário, busca-se tentar entendê-lo de acordo com a sua contradição fundante entre capital-trabalho, do qual o conflito de classes se apresenta como uma forma dessa contradição. Dentro dessa perspectiva, esse trabalho pretende analisar as principais abordagens do conflito de classe no Brasil durante os anos 2000, buscando analisar teoricamente e historicamente as suas limitações.

As análises de classe (com forte viés na teoria de Poulantzas) sobre o momento de crescimento do governo PT com certa distribuição de renda emergiram da discussão que se seguiu aos vários artigos e publicações vinculados ao próprio PT, com grande destaque para “Os Sentidos do Lulismo” de André Singer. Primeiramente esse debate ocorreu em um plano puramente econômico, entre os defensores do novo-desenvolvimentismo e seus críticos, que viam uma falsa noção de desenvolvimento, dada a profunda ligação desse modelo político e econômico com o neoliberalismo. Com a rápida dissolução desse modelo político-econômico, as análises que incorporam elementos de classe ganharam força dentro do debate nacional, compreendendo o atual momento de crise (primeiro ano do segundo mandato do governo Dilma) por uma suposta ruptura do pacto social (ou do bloco no poder em algumas análises) previamente existente.

Apesar das particularidades das várias análises que partem de uma abordagem com primazia do conflito de grupos de interesse dentro do estado, o objetivo principal desse estudo não é esmiuçar as frações de classe no Brasil e propor uma nova análise. A proposta é muito mais no sentido de tentar entender como abordagens com arcabouços teóricos tão similares possuem distinções tão grandes quanto ao principal elemento da sua pesquisa: a própria fração de classe dominante. O objetivo por fim é desvendar de onde vêm os limites e mal entendidos que perpassam essas abordagens, as quais possuem um grande peso no imaginário político e econômico brasileiro, tanto de vertentes da ‘esquerda’ quanto da ‘direita’, as quais acusam respectivamente as limitações da sua classe opositora, sem perceber que a questão de subdesenvolvimento no Brasil se deve a própria fraqueza das relações sociais de produção que forjam essas classes e seus interesses.

As abordagens de classe aqui analisadas partem de certos determinismos e naturalizações das relações sociais no sistema capitalista, o que impõe limites e mal entendidos dentro dessas perspectivas. Em linhas gerais essas concepções que se baseiam nas disputas entre classes para compreender os movimentos político-econômicos assumem um arcabouço muito específico da teoria política e econômica, sendo em grande medida (e em grande parte das vezes implicitamente) ligadas à obra de Nicos Poulantzas. Em sua obra o autor grego radicado na França irá desenvolver um importante trabalho sobre a teoria de classes e do estado, muito ligado com a concepção estruturalista vinculada a Althusser. A teoria de classe e de estado capitalista de Poulantzas não deve ser compreendida como uma teoria marxista de classe e de estado, mas como uma ‘teoria sociológica da economia política clássica’ (Clarke, 1977, p: 18). A análise parte de uma dissociação tanto do econômico com o político, quanto da produção com a distribuição, compreendendo a produção como algo meramente técnico, o qual não possuiria propriamente os conflitos de classe que está buscando definir e conceituar. Esse reducionismo leva a ver imediatamente na relação entre organizações políticas à luta de classe, o que culmina em ser compreendida como disputas entre grupos de pressão, ao invés de entender como os conflitos políticos surgem como formas desenvolvidas da luta de classe que se constituem desde o nível das relações de produção, o que leva a mostrar como várias instituições políticas e semipolíticas se desenvolvem na base

do conflito centradas em barreiras específicas para a valorização do capital. O caso brasileiro deve ser entendido a partir dessas considerações, em que os seus conflitos políticos já se estabelecem desde a sua base produtiva dentro do capital-em-geral em escala mundial.

Dentro dessa perspectiva iremos apresentar na próxima seção as principais linhas ou visões das abordagens que incorporam a análise de classes, nos limitando principalmente em alguns trabalhos que sintetizam as linhas principais do debate: i) a partir do subproletariado; ii) da burguesia nacional interna e iii) da fração bancário-financeira. Na terceira seção analisaremos com mais cuidado a teoria sobre classe e estado de Poulantzas, para compreender os mal entendidos que se derivam dessas análises que partem desse arcabouço teórico. Por fim, na quarta seção, apresentaremos algumas breves notas com a intenção de incorporar esses aspectos críticos para o caso brasileiro recente. Na última seção, de caráter meramente conclusivo, apresentamos os pontos principais levantados nesse trabalho.

### **Abordagem de classe para o Brasil nos anos 2000**

As análises de classe (com forte viés na teoria de Poulantzas) sobre o momento de crescimento do governo PT com certa distribuição de renda emergiram da discussão que se seguiu aos vários artigos e publicações vinculados ao próprio PT, como grande destaque para “Os Sentidos do Lulismo” de André Singer<sup>2</sup>. Primeiramente esse debate ocorreu em um plano puramente econômico, entre os defensores do novo-desenvolvimentismo e seus críticos, que viam uma falsa noção de desenvolvimento<sup>3</sup>, dada a profunda ligação desse modelo político e econômico com o neoliberalismo. Dada a rápida dissolução desse modelo político-econômico, as análises que incorporam elementos de classe ganharam força dentro do debate nacional, compreendendo o atual momento de crise (primeiro ano do governo Dilma) por uma suposta ruptura do pacto social (ou do bloco no poder em algumas análises) previamente existente. Nessa seção buscaremos apresentar essas análises que incorporam a questão de classe a partir de três linhas principais conforme a sua ‘fração hegemônica’: i) a partir do subproletariado; ii) da burguesia nacional interna e iii) da fração bancário-financeira. Apesar do debate ser extenso iremos nos concentrar em alguns trabalhos representativos, principalmente pelo destaque nesse debate e por ressaltarem o peso da teoria de Poulantzas em suas análises. O tratamento desses estudos, assim como desse trabalho, ficará concentrado nos governos Lula e no começo do primeiro mandato de Dilma. Contudo, há a intenção de esclarecer o mal entendido atual de como essa ‘crise’ não se deve a um fator puramente político, como se a política fosse uma esfera a parte, o que no caso concreto do Brasil se devesse ao conservadorismo e ‘rentismo’ das nossas elites e classes médias (visão a ‘esquerda’) ou ao comodismo das nossas classes trabalhadoras (visão a ‘direita’), ignorando como o subdesenvolvimento se deve as próprias relações sociais de produção que forjam essas classes.

Em novembro de 2009, André Singer publicou seu já clássico artigo “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” na revista “Novos Estudos”, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Este texto dará base para o livro “Os Sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador”. Ambos os textos devem ser vistos dentro de um momento de auge de popularidade do presidente Lula, dado pelo também favorável panorama de crescimento com melhor distribuição de renda, mesmo tendo passado por uma grande crise financeira internacional.

A análise de Singer desde o começo intenciona mostrar como o governo PT, marcado pelo *lulismo*, expressa uma representação de uma fração de classe distinta do PT histórico, ou seja, não mais uma classe média operária, mas como expressão das classes mais baixas, o subproletário<sup>4</sup>. Entretanto, sua

---

<sup>2</sup> No campo mais propriamente da legitimação das políticas econômicas também podemos destacar várias defesas desse crescimento ligado ao social, como um programa político vinculado puramente com os interesses sociais. Muitos intelectuais ligados ao PT passaram a defender esses gastos públicos e sociais como um novo modelo econômico, em que teria uma inflexão nas políticas a partir de 2007/2008 (Barbosa e Souza, 2010), tendo um novo padrão de acumulação (Pochmann, 2010) com as novas políticas com um caráter social-desenvolvimentista (Mercadante, 2010).

<sup>3</sup> As análises críticas quanto a própria noção de desenvolvimento, principalmente apontando o caráter das políticas econômicas desenvolvidas podem ser visto em uma ‘infinidade’ de exposições, o que foi amplificado pelos vários debates econômicos eleitorais. Dentre esses destacamos: Castelo (2010), Gonçalves (2012 e 2014).

<sup>4</sup> “Os subproletários são aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la, por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria empregados domésticos,

análise de disputa entre frações de classe se dá no plano eleitoral, evidenciando como nas últimas eleições teve uma polarização entre ricos e pobres<sup>5</sup>. Todo o artigo de Singer consiste na comparação das eleições de 2002 e 2006, ao qual mostra uma grande guinada para o eleitorado das frações de classe mais pobre, principalmente no nordeste. Dessa forma coloca como fator causal as políticas do “Bolsa Família”, a qual levou à mudanças inegáveis à uma grande massa da população brasileira tradicionalmente conservadora. Aliado ao Bolsa Família coloca ainda os fortes aumentos no salário mínimo e de créditos aos pequenos produtores e também para consumo.

As políticas sociais desenvolvidas pelo PT funcionariam na visão de Singer muito além do que uma política distributiva pontual, se tornando propriamente uma política da fração de classe do subproletariado. “Não apenas porque objetivamente foram capazes de aumentar a capacidade de consumo de milhões de pessoas de baixíssima renda, como atesta o acesso em grande escala a ‘classe C’, mas também porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno, sobretudo para os setores de baixa renda. Nesse sentido, tais ações colocam Lula *a frente de um projeto*, que é compatível com aspectos de sua biografia.” (Singer, 2009, p.94) Dentro dessa perspectiva, essas políticas desempenhadas pelo PT, na figura do presidente Lula, atrairiam esse subproletariado como apoio irrestrito ao governo, o que o colocaria acima das disputas entre as frações de classe dominante. “À medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista [...]. Com ela, criou um ponto de fuga para a luta de classes, que começou a ser arbitrada ao sabor da correlação de forças”. Tornou-se, inclusive, um “árbitro acima das classes” (Singer, 2009, p.102).

O governo do PT, incorporado em Lula, seria a própria representação dessa classe, o qual não realizaria um programa mais progressista e radical dado o próprio caráter da sua classe constituinte, i.e., devido ao conservadorismo do subproletariado e seu temor de uma instabilidade ao qual fique suscetível a perdas mais profundas. Assim até mesmo a manutenção das políticas neoliberais macroeconômicas é vista dentro da lógica de uma adequação com os interesses do subproletariado, no qual a manutenção das linhas macroeconômicas não foi um alinhamento com as classes superiores, mas uma posição política e ideológica de manutenção da ordem e da estabilidade, “com a finalidade de impedir que uma reação do capital, voltada para criar dificuldades a mudança, provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais.” (Singer, 2009, p. 97)

A visão de Singer será amplamente criticada, como veremos em seguida, principalmente pela sua clara defesa das políticas do governo PT através de uma total desconsideração das políticas que afetariam as frações da classe dominante. O trabalho de Armando Boito Júnior pode ser utilizado como uma espécie de síntese de uma análise que considera de forma mais pormenorizada as frações de classe dominante<sup>6</sup>, mas compreendendo de uma forma ‘positiva’, em que no governo do PT, principalmente depois de 2005 (com a crise do ‘mensalão’) se instauraria uma ‘nova burguesia nacional’, a qual vinculada com o governo promoveria uma frente nacional em uma direção desenvolvimentista.

Essa nova burguesia nacional é conceituada por Boito dentro do arcabouço de Poulantzas (1978), ou seja, “Nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países.” (Boito, 2012, p. 67). Na visão de Boito será no governo Lula que ocorrerá a ascensão política dessa fração da burguesia no Brasil. A tese aqui traçada é que nos últimos anos essa fração de classe teria obtido uma crescente nos seus interesses dentro do bloco no poder. “O projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neo-desenvolvimentismo. (...) Acreditamos ser possível definir, ainda que provisoriamente, o neo-

---

assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participar na luta de classes” (Singer, 2009, p. 98).

<sup>5</sup> “(...) é verdadeira a interpretação de que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos. A polarização social do pleito deu-se pela implantação de Lula entre os eleitores de baixíssima renda, visível desde o primeiro turno, assim como a de Alckmin, entre os eleitores de renda mais alta (acima de dez salários mínimos de renda familiar mensal).” (Singer, 2009, p. 84)

<sup>6</sup> Boito publicou uma série de artigos e trabalhos em que expõe sua tese e sua pesquisa sobre a formação da burguesia nacional a partir de 2005 do governo Lula. Para realização desse trabalho nos deteremos em Boito (2012).

desenvolvimentismo: trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.” (Boito, 2012, p. 68 e 69)<sup>7</sup>. Dessa forma o período de crescimento durante o governo do PT seria dado pela colocação dessa burguesia interna como fração hegemônica, a qual traria o dinamismo referido para a economia.

A hegemônica dessa burguesia interna, entretanto, não seria unânime, muito menos absoluta, dado o forte conflito existente com a fração da burguesia mais ligada ao capital internacional, o que pode ser visto pela própria oposição ao governo PT das frações dominantes. Essa oposição de grande parte da burguesia, para Boito, seria devido a grande parte da burguesia interna perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro. Assim coloca uma disputa no interior do bloco no poder entre essa burguesia subalterna e a nova burguesia nacional, o que refletiria na polarização PT e PSDB. Por isso, ainda na visão de Boito, é da dificuldade de enfrentar essa burguesia compradora e do capital financeiro que a burguesia interna aceitou se integrar em uma frente com o movimento sindical popular.

“Vale dizer, o movimento operário e popular não é a força hegemônica da frente, isto é, aquela que define os objetivos da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela de quem mais depende o sucesso da luta. Esse desajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades no interior da frente política neo-desenvolvimentista.” (Boito, 2012, p.72) Essa frente, com grandes divergências e sem uma consciência da sua importância por parte dos operários, será manejada pelo governo Lula. Dentro dessa perspectiva que se inserem as variadas políticas sociais desempenhadas pelo governo. A burguesia interna, por sua vez, irá criticar essas ‘benesses’, mesmo com o governo preservando todos os interesses estratégicos dessa fração de classe ‘superior’.

“Os grandes industriais, setor que, juntamente com o agronegócio, formam o segmento mais importante da grande burguesia interna, mantinham uma relação contraditória com o programa neoliberal.” (Boito, 2012, p. 76) Na concepção de Boito, a burguesia interna apoiava a política ‘social’ do neoliberalismo, mas se opunha as políticas econômicas, ou seja, defendiam cortes sociais e trabalhistas, mas não aos seus próprios privilégios econômicos como proteção do mercado e subsídios. Essa burguesia interna possui várias frações (agro, indústria, finanças), tendo a sua unicidade em uma oposição ao grande capital financeiro internacional<sup>8</sup>. Explicitamente Boito afirma que as diferenças dentro dessa burguesia interna são variadas, mas que se apequenam em comparação ao temor de serem engolidos pelos grandes blocos econômicos internacionais.

A visão de como configurou esse momento de ascensão do governo PT, com suas políticas econômicas distintas dentro do neoliberalismo, pode ainda ser compreendido dentro de uma terceira linha pela concepção de classes baseado na abordagem de Poulantzas: a fração bancário-financeira. De certa maneira uma abordagem muito mais crítica ao governo PT e apresentando a hegemonia dessa fração financeira internacional pode ser vista no estudo “Hegemonia às avessas” de Francisco de Oliveira. Contudo, apresenta uma abordagem muito mais ensaística e trazendo elementos que fugiriam de uma concepção de classes mais ligada a obra de Poulantzas<sup>9</sup>. Por isso iremos nos deter, como trabalho síntese do enquadramento desse bloco no poder com a fração de classe bancário-financeira, nos trabalhos de

---

<sup>7</sup> O ‘neo’ seria justamente para indicar uma diferença com o desenvolvimentismo clássico, apesar de ambos os períodos “serem adequados aos interesses da grande burguesia interna brasileira e representam, também, o compromisso dessa burguesia com o capital financeiro internacional.” (Boito, 2012, p. 69) Assim as principais diferenças seriam: i) menores taxas de crescimento (dada a maior acumulação financeira, grande peso de rolagem da dívida pública e do juro sobre a receita do Estado e sobre o lucro das empresas); ii) o ‘neo’ aceita a especialização regressiva, países dependentes com uma pauta primário exportadora em oposição a fase de desenvolvimento com busca de uma industrialização nas brechas da divisão internacional capitalista do trabalho; iii) quase como corolário da segunda aponta para um desenvolvimento muito mais voltado para a exportação.

<sup>8</sup> Uma das questões de contradição dentro dessa frente neo-desenvolvimentista, além das frações operárias e popular, é a oposição entre indústria e setor financeiro nacional. Apesar de ambos se oporem a uma entrada irrestrita do capital internacional, divergem com relação aos juros e as políticas monetárias em geral. Assim, para Boito, a saída do governo foi o BNDES, que ao mesmo tempo em que o Banco Central mantinha sua política de juros, o BNDES aumentava a oferta de crédito a um nível muito menor e subsidiado, privilegiando o interesse da nova burguesia nacional.

<sup>9</sup> O arcabouço teórico de Francisco de Oliveira, apesar de apresentar uma forte análise de classes e hegemonia, não o faz dentro de um arcabouço ligado a tradição estruturalista, a qual conferiria uma total passagem do conflito de classes da esfera econômica para a esfera política, como veremos com mais detalhes na próxima seção. A tradição mais ligada diretamente a Gramsci de Oliveira o possibilita de fazer uma análise mais acertada quanto as formas tomadas pelo estado nesse momento específico da sociedade brasileira.

Eduardo Costa Pinto, tanto em sua tese (Pinto, 2010) quanto em Teixeira, R.; Pinto, E. (2012). Pinto apresenta uma tese divergente tanto da hegemonia dessa fração da burguesia nacional interna como levantado por Boito, quanto de uma primazia do subproletariado como levantado por Singer.

Durante os governos Lula haveria uma manutenção da fração de classe bancário financeira na hegemonia do bloco no poder, continuando com a sua instalação durante os governos de FHC. Essa continuidade teria sua principal expressão na continuidade da gestão macroeconômica. “O poder econômico do segmento bancário-financeira, viabilizado pelo regime de política macroeconômica, foi a expressão de seu poder político no aparelho de Estado, materializado pela independência operacional do Banco Central – principal “centro de poder” do sistema estatal brasileiro – comandado por representantes dos interesses diretos e indiretos dessa fração.” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p:930). Contudo, alega que essa fração de classe não foi incontestada dentre desse período, tendo como forte característica e diferenciação dos governos FHC a formação internacional de um novo eixo sino-americano, o qual proporcionou o fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio.

“A partir de 2006, com o crescimento da economia puxado também pela dinâmica interna, verificou-se certo fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio que passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro. As mudanças na posição relativa do bloco no poder não significaram, até a crise internacional, um deslocamento na hegemonia da fração da grande burguesia bancário-financeira, mas sim uma redução do seu poder relativo.” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p:930). Através dos altos ganhos com as exportações e o fortalecimento da economia interna com o eixo sino-americano, defende Pinto que foi possível um apaziguamento dos interesses distintos desses dois grupos com as políticas macroeconômicas. “A explicação para o fato é dada pela extraordinária dinâmica mundial conduzida pelo eixo sino-americano, já que os efeitos positivos dos preços e do quantum das exportações brasileiras foram bem superiores aos efeitos negativos da valorização cambial. Sem dúvida, existe um conflito latente entre as frações da grande burguesia exportadora e a grande burguesia bancário-financeira no manejo da taxa de juros e do câmbio. Os efeitos, contudo, da expansão do eixo sino-americano sobre as exportações brasileiras reduziram fortemente esse conflito.” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p:929).

Todos esses movimentos dessas frações de classe (suas continuidades e fortalecimentos) dentro do bloco são analisados diretamente através dos rendimentos e das taxas de lucros desses grupos. Enquanto por um lado “a manutenção da hegemonia desse segmento [bancário financeira] durante o governo Lula pode ser evidenciada, no plano econômico, pelo aumento de seu estoque de riqueza e pela elevação dos lucros líquidos e das taxas de lucros que saltaram de 15,5% em 2003 para 25,1% em 2007 (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p:929), pelo outro lado “os efeitos dessa dinâmica dos fluxos e estoques de riqueza destaca o aumento relativo do poder da grande burguesia produtora e exportadora de *commodities*. Entre 1995 e 2007, os lucros líquidos reais dos grupos econômicos de tal segmento cresceram 1.705,9% (de R\$ 2,0 bilhões para R\$ 36,1 bilhões) (...)” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p:928). Entretanto, apesar da importância direta das taxas de lucro para a compreensão dos ‘lugares’ dessas frações de classe no bloco no poder, a dominância da bancária-financeira não é explicada pelos lucros (dado a superioridade nesse quesito da burguesia produtora e exportadora no período), mas a continuidade da política macroeconômica favorável ao setor financeiro.

Esse bloco no poder que se estrutura nos governos Lula ainda teria a forte particularidade de incorporar as classes populares, mas nesse aspecto muito mais de acordo com Boito do que com Singer, os dominados são entendidos como simples classe de apoio, que dariam maior estabilidade e legitimidade para as políticas adotadas. Dentro desse quadro, o governo, com destaque para a figura de Lula, teria um papel central, dado a importância da articulação e coordenação dessas frações de classe distintas dentro de um mesmo bloco no poder. Discordando diretamente de Singer, defende uma análise que não se restrinja aos setores de baixo (classes dominadas), mas que também compreenda os realinhamentos nos setores superiores (classes dominantes)<sup>10</sup>. “O mais plausível é dizer que a manutenção da política

---

<sup>10</sup> Interessante notar como, apesar de sua crítica à Singer por “desconsiderar que, em determinadas conjunturas históricas, podem existir defasagens entre o lugar de uma classe ou fração no âmbito das práticas políticas (bloco no poder) e da cena política (sistema partidário)” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p: 931) no caso do subproletariado, faz algo semelhante para explicar o realinhamento das camadas superiores, correlacionando diretamente as frações de classe com suas doações em

macroeconômica de FHC não foi um fator que contribuiu para o realinhamento eleitoral deste grupo, mas sim para o realinhamento das elites hegemônicas do bloco no poder. O apoio do subproletariado ao governo Lula, conseguido com os programas de transferência de renda e o aumento do salário mínimo, ao lado da manutenção da política econômica, possibilitou a manutenção da dominação da fração bancário-financeira no bloco no poder. Mais que isso, completou-se o processo de legitimação uma vez que a hegemonia restrita da fração bancário-financeira, durante o governo FHC, torna-se uma hegemonia ampla, incorporando os segmentos fora do poder.” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p: 933).

Em comparação entre essas três análises desse momento, deve-se salientar o quadro mais bem estruturado por Costa Pinto, principalmente pelo maior destaque dado a importância do setor bancário financeiro e para as remodelações no sistema capitalista internacional, o que é praticamente negligenciado por Singer e Boito. As únicas observações de Boito diriam respeito a certas particularidades da burguesia financeira nacional, a qual possuiria características distintas e de maior ambiguidade. A análise de Singer por ausentar praticamente por completo a análise das frações dominantes acaba se deixando levar por um certo idealismo programático, o qual pouco se confirma na realidade. Apesar dessas particularidades das análises, o objetivo principal desse estudo não é esmiuçar as frações de classe no Brasil e propor uma nova análise. A proposta é muito mais em entender como abordagens com arcabouços teóricos tão similares possuem distinções tão grandes quanto ao principal elemento de sua análise: a própria fração de classe hegemônica. O objetivo por fim é desvendar de onde vêm os limites e mal entendidos que perpassam essas abordagens, as quais possuem um grande peso no imaginário político e econômico brasileiro, tanto de vertentes da ‘esquerda’ quanto da ‘direita’, as quais acusam respectivamente a pequenez da sua classe opositora, sem perceber que a questão de subdesenvolvimento no Brasil se deve a própria fraqueza das relações sociais de produção que forjam essas classes e seus interesses.

### **Teoria de classes e do estado em Poulantzas: uma abordagem crítica.**

A década dos anos 2000 na América Latina em geral, e no Brasil em específico, se mostrou um campo fértil para as abordagens sobre a questão de classe, surgindo uma miríade de análises defendendo a primazia de determinada fração na elaboração das políticas do governo. Apesar da importância do conflito de classe na sociedade capitalista, essas abordagens partem de certos determinismos e naturalizações das relações sociais no sistema capitalista, o que impõe limites e mal entendidos dentro dessas perspectivas. Em linhas gerais essas concepções que se baseiam nas disputas entre classes para compreender os movimentos político-econômicos assumem um arcabouço muito específico da teoria política e econômica, sendo em grande medida (e em grande parte das vezes implicitamente) ligadas à obra de Nicos Poulantzas. Dessa forma a intenção dessa seção é explorar em mais detalhes esse arcabouço teórico das disputas de classe, salientando suas contribuições, mas principalmente seus limites e mal entendidos relacionados com o forte viés estruturalista.

Antes de entrarmos mais especificamente nos meandros que definem a discussão marxista sobre teoria de classes é importante salientar o fato de Marx não ter completado sua análise mais bem acabada, tendo morrido no meio desse percurso. Essa observação já feita por Adorno<sup>11</sup> pode ser claramente vista nos capítulos finais do terceiro volume do *Capital*, em que faltam partes do capítulo “A Fórmula Trinitária” e contendo apenas uma breve passagem no último capítulo denominado “As Classes”. Contudo, a concepção de Marx sobre a crítica da economia política como uma crítica ao ‘capital’ como uma ‘relação social entre pessoas mediada através de coisas’ (Marx (1867 [1986])), nos indica a necessidade da compreensão das classes fora da esfera mistificada, ou seja, não como uma categoria subjetiva que se deriva da consciência de classe, mas como uma categoria objetiva da sociedade mistificada (Bonfeld, 2014).

---

campanhas políticas. “(...) a análise de Singer deixa de lado outro realinhamento, fundamental para compreender a dinâmica do “andar de cima”. Analisando-se os valores doados, entre as eleições de 2002 e de 2006, para a campanha eleitoral de Lula, de acordo com dados de Filgueiras e Gonçalves (2007), vê-se um expressivo aumento dos recursos doados pelo setor financeiro (que passam de R\$ 6.080 milhões para de R\$ 12.705 milhões), pelo setor de construção civil (de R\$ 2.490 milhões para de R\$ 18.028 milhões) e pelo setor primário-exportador e indústria de commodities (de R\$ 1.610 milhões para de R\$ 12.511 milhões).” (Teixeira, R.; Pinto, E. (2012), p: 931 e 932).

<sup>11</sup> Theodor Adorno, *Gesellschaftstheorie und Kulturkritik* (Frankfurt 1975), p. 15.

No capítulo sobre a ‘Formula Trinitária’ do volume III do Capital Marx deixa claro a naturalização realizada pela visão burguesa ao partir das manifestações alienadas das relações econômicas, tomando como naturais movimentos do capital que são contingentes dentro da especificidade histórica do modo de produção capitalista. A consideração direta das fontes de recursos como os meios de produção leva na questão de classe a considerar como natural a personificação dessa fonte de recursos no seu detentor<sup>12</sup>. Na concepção burguesa da aparência da política econômica, os interesses dos capitalistas e dos operários são compreendidos como movimentos autônomos e independentes, dos quais pode se compreender as formas de Estado de maneira direta através de suas representações políticas.

Nicos Poulantzas em sua vasta obra, apesar do seu falecimento precoce, irá desenvolver um importante trabalho sobre a teoria de classes e do estado, muito ligado com a concepção estruturalista vinculada a Althusser. A obra de Poulantzas pode ser condensada em seus dois principais trabalhos, o “Poder Político e Classes Sociais” (PPCS) de 1968 e “O Estado, o Poder, o Socialismo” (EPS) de 1978. Enquanto o primeiro é amplamente vinculado com a tradição estruturalista (e também muito utilizado por diversas abordagens sobre frações de classe), o segundo procura rebater as muitas críticas recebidas pelo seu primeiro livro, recorrendo a uma tentativa de maior intermediação entre as esferas políticas e econômicas, o que é feito através de uma extensa apresentação do que seriam elementos fundamentais<sup>13</sup> para a separação entre essas esferas e sua unidade na relação intrínseca do estado. Dessa forma, busca rebater as muitas críticas com referência ao seu abstracionismo estruturalista (Clarke, 1992), o qual não incorporaria justamente a relação entre essas esferas. Entretanto, a teoria de Poulantzas com relação às classes e ao estado, mesmo em seu último livro, continua a partir da concepção de uma separação entre a política e a economia, tendo no capitalismo moderno o conflito de classes passado dessa última para a primeira esfera (Carnoy, 1988).

Poulantzas, seguindo Althusser, irá identificar O Capital de Marx como uma teoria carente de uma análise política, a qual se restringiria aos aspectos econômicos da sociedade baseada no modo de produção capitalista. A teoria elaborada por Poulantzas busca desenvolver os conceitos e as determinações políticas que estariam ausentes no Capital de Marx, tendo grande influência de outras obras anteriores, como o “18 de Brumário de Luís Bonaparte”, na qual se destaca o papel desempenhado pelo conflito de classes no Estado. Nessa abordagem de Poulantzas a política é vista como uma superestrutura, a qual não deve ser identificada com o estado como uma instituição, dado ser a própria função desse estado garantir a unidade entre as estruturas (no PPCS) e entre os capitais particulares e os indivíduos (no EPS). O estado não é visto como um estado diretamente de classe, mas mantendo uma unidade que garantiria o consenso dessa classe.

“Aqui, o ‘antagonismo’, a separação ou a ‘independência’ do Estado e da sociedade civil – ou, simplesmente, da sociedade – designam precisamente o seguinte: a autonomia específica do Estado capitalista e das relações de produção do modo de produção capitalista reflete-se, no campo da luta de classes, em uma autonomia da luta econômica e da luta explícita de classe; isto exprime-se através do efeito de isolamento nas relações sociais econômicas, revestindo o Estado, a seu respeito, uma autonomia específica na medida em que se apresenta como o representante da unidade do povo-nação, corpo político estabelecido sobre o isolamento das relações sociais econômicas.” (Poulantzas, 1968 [1977], p:131).

---

<sup>12</sup> “De fato, a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar baseada numa doutrina as concepção dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, *prima facie*, contradições totais e absurdas – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente -, se aqui a economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo porém, correntes para a concepção comum. Por isso é que ela não tem a menor noção de que a trindade da qual ela parte: terra-renda; capital-juros; trabalho-salário ou preço do trabalho, são três composições *prima facie* impossíveis.” (MARX, Karl. (1867 [1986]) *O Capital*; Volume III – Tomo 2. São Paulo: Nova Cultura, 1985-1986 (Coleção "Os Economistas"); p:271)

<sup>13</sup> Os elementos apresentados por Poulantzas são dispostos em quatro partes: a divisão do trabalho manual e intelectual, a individualização, o direito e a nação, sendo através desses fatores que ele compreende o que seria a passagem dos conflitos de classe da arena econômica para a arena política. Um resumo mais detalhado desses elementos pode ser visto em Carnoy (1988).



O Estado, dentro dessa perspectiva, é visto como um elemento a cima das estruturas, sendo responsável por conferir a unidade das relações capitalistas, dado a sua separação pelo modo de produção. “The specificity of the state's functions determines that it has a specific autonomy in relation to other levels of the mode of production: its functions are specifically political functions, all subordinated to the need to maintain the unity of the whole” (Clarke, 1977, p:14) A separação da política da economia, através da unificação das relações pelo estado deve ser visto a partir do próprio entendimento de Poulantzas sobre as relações de produção, das quais irá também retirar sua teoria de classes.

As relações de produção, dentro dessa perspectiva, são relações entre grupos constituídas pela distribuição dessa produção, o qual possui como elemento fundamental a fonte dessa renda. O que determinará essas relações de produção e suas fontes de renda não serão elementos sociais, mas uma combinação ‘dos agentes de produção’ com as ‘condições técnicas materiais de trabalho’ (Poulantzas, 1968), ou seja, em termos puramente das relações das funções técnicas na produção, pelo que ele denomina de ‘divisão técnica do trabalho’<sup>14</sup>. Entretanto, esse aspecto puramente técnico da produção não irá determinar diretamente a divisão social dos produtos. Para ser determinada a distribuição da produção haverá fatores políticos e ideológicos para formar o que ele chama de ‘divisão social do trabalho’, que será importante para definir as relações de classe. Mais uma vez há uma completa dissociação entre as esferas, nesse caso, entre a produção e a distribuição, passando de uma esfera puramente técnica para outra estrutura em que perpassaria os níveis políticos e ideológicos.

Para encontrar seus interesses econômicos os grupos advindos de fontes de produção similares irão se organizar política e ideologicamente, para nesse nível político e ideológico defenderem seus interesses, ou seja, para determinar a divisão social. Dessa forma a formação desses grupos e de seus interesses dentro do estado será fundamental, dada o papel do estado em obter a unidade e de intervir em favor de uma determinada coesão social. Logo se torna essencial para um grupo de interesses encontrar um nível satisfatório de organização política que lhe confira poder para atuar de forma determinante dentro do Estado (Poulantzas, 1978). Contudo, a capacidade de obtenção dessa organização política e dessa obtenção de poder irá depender da sua posição na estrutura, o que formará uma imensa pluralidade de interesses diversos em oposição a alguns grupos coesos. A relação entre esses grupos de interesses irá ocorrer de forma assimétrica e desigual, caracterizando as relações de ‘exploração’ e ‘dominação’ da sociedade baseada no modo de produção capitalista. Essa dominação, entretanto, não se dá por uma dominação política de classe a qual teria um poder monolítico sobre o estado.

A dominação em Poulantzas não significa uma dominação puramente política, mas uma dominação das estruturas, sendo o próprio efeito das estruturas nas relações sociais, as quais se manifestam no estado, o que irá lhe conferir a unidade sistêmica dentro dessa dominação. Por isso o estado em Poulantzas não é um interventor direto, mas uma arena de conflito e disputa que condessaria a dominação estrutural. Dessa forma o estado intervém como i) ‘organizador do processo de trabalho’ para aumentar a produtividade e ii) colocando as regras que organiza as trocas capitalistas e provendo o campo real de coesão em que o conflito comercial pode ocorrer, não intervindo diretamente na produção como um estado de classe, mas mantendo a unidade em que há um classe dominante. (Poulantzas, 1968). A atuação do estado no sistema capitalista pode ser sintetizada pela conhecida definição de Poulantzas, em que estabelece o estado como agente desorganizador das classes dominadas, ao mesmo tempo em que age como organizador das classes dominantes, o que para tanto se fará dos seus diversos aparelhos de estado, tanto ideológicos quanto repressivos.

Apesar da certa união de interesses na classe dominante (capitalistas), a sua existência como capitais individuais específicos coloca especificidades aos seus interesses, muitas vezes opondo entre frações da classe dominante. Dada a amplitude e diversidade dos capitais e seus interesses, o papel do estado irá aparecer exatamente como o campo onde se entrecruzaram essas redes e relações de poder específicas, dando lhes unidade e coesão (Pinto, 2014). Para o entendimento desse elemento relacional do

---

<sup>14</sup> Essa visão de Poulantzas que irá perpassar toda a sua obra se deve em grande medida ao seu arcabouço estruturalista, vendo as relações sociais somente entre as estruturas, mas não incorporadas em seu interior. “Poulantzas bases his theory of class on the distinction between the level of structures and the level of practices. The relations within the structure are not social relations, and so are not relations of domination or of exploitation.” (Clarke, 1977, p: 17).

estado em Poulantzas faz se necessário o seu importante conceito de bloco no poder<sup>15</sup>, o qual se enquadra dentro de uma configuração histórica específica entre as classes dominantes e suas organizações dentro do estado capitalista.

A fração hegemônica é dada pela sua capacidade em liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das classes dominantes que compõe o bloco no poder. Essa hegemonia pode ainda ser restrita, caso se estende somente a imposição entre os dominantes, ou ainda uma hegemonia ampla, abarcando também as classes dominadas (Costa Pinto, 2014). Em paralelo com Gramsci<sup>16</sup>, compreende-se como em um determinado momento histórico ocorre uma unidade orgânica entre os interesses das demais frações dominantes com as classes dominadas, sendo esse bloco articulado por uma fração de classe específica dada sua posição decisiva no padrão de acumulação.

A teoria de classe e de estado capitalista de Poulantzas não deve ser compreendida como uma teoria marxista de classe e de estado, mas como uma ‘teoria sociológica da economia política clássica’ (Clarke, 1977, p: 18). A análise parte de uma dissociação tanto do econômico com o político, quanto da produção com a distribuição, compreendendo a produção como algo meramente técnico, o qual não possuiria propriamente os conflitos de classe que está buscando definir e conceituar. O conflito é visto a partir da distribuição da produção em separado, como baseado em uma estrutura fixa (produtiva) eterna<sup>17</sup>. Como mostramos no começo dessa seção, o que distingue a análise de Marx é justamente a importância da sua crítica a economia política, ou seja, a identificação do capital não como um objeto, mas como uma relação social totalizante na sociedade capitalista. “It is not the primacy of economic motives in historical explanation that constitutes the decisive difference between Marxism and bourgeois thought, but the point of view of totality”. (Lukacs, (1971); p. 27).

A percepção sociológica de Poulantzas parte das formas pervertidas da sociedade burguesa, o que leva a uma naturalização de movimentos contingentes, entendendo as classes subjetivamente com sua consciência, não como formas objetivas de uma realidade deturpada. De forma análoga em que os economistas clássicos perceberam a materialidade das relações capitalistas, mas se limitaram a admirar e naturalizar a beleza dos seus movimentos, a teoria desenvolvida por Poulantzas compreende os movimentos de frações de classe dentro do estado sentados em leis naturais. A questão não está em entender as relações na sua aparência, mas como elas se desenvolvem dado o seu conteúdo interno.

“É efetivamente muito mais fácil mediante análise descobrir o cerne terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, as suas formas celestializadas. Este último é o único método materialista e, portanto, científico. As falhas do materialismo científico natural abstrato, que exclui o processo histórico, já se percebem pelas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, assim que se aventuram além dos limites de sua especialidade.” (MARX, (1867); p:8)

Do plano político ou de classes o estruturalismo pode ser identificado como a primeira categoria, a qual busca descobrir as relações materiais nas criações políticas (materialismo abstrato), ao invés de um materialismo substantivo que desenvolveria a partir das relações sociais substantivas as formas político-alienadas correspondentes a essas relações. Através do método do materialismo substantivo Marx desenvolveu a noção de fetiche advindo da mercadoria, desenvolvendo a partir das relações sociais de produção as formas alienadas dessa relação social, o que concerne a sua crítica da economia política<sup>18</sup>. A

---

<sup>15</sup> O ‘bloco no poder’ assume dentro dessa abordagem uma importância essencial, por ser o conceito nodal que unifica dentro do estado a dominação através da hegemonia de uma fração de classe específica. A coesão assim obtida por essa fração de classe seria a unificação dos interesses econômicos, políticos e ideológicos do nível concreto-real de determinada conjuntura. Para ver uma análise mais detalhada da concepção de bloco no poder em Poulantzas ver Costa Pinto (2014) e Jessop (2009).

<sup>16</sup> Apesar da importância entre as distinções e similaridades entre Gramsci e Poulantzas o assunto foge do escopo desse trabalho. Sendo apenas fundamental indicar a profunda distinção da compreensão da totalidade do econômico no capitalismo. Como mostraremos a frente, o político apenas se apresenta separado do econômico, sendo uma forma dessa esfera e, portanto, complementar.

<sup>17</sup> The bourgeois theory of class adopted by Poulantzas is quite different from the Marxist theory. For the latter classes are not distributive groups, and so are not ‘interest groups’. This is because Marx sees relations of production as themselves social, as class relations.” (Clarke, 1977, p: 19).

<sup>18</sup> A exposição dessa crítica da política e seu respectivo entendimento das formas do estado como a forma da política na sociedade capitalista serão apenas sublinhas nesse trabalho, para que possamos cumprir o objetivo de analisar os mal

análise do político na sociedade baseada no modo de produção capitalista exige o mesmo processo, i.e., uma crítica da política (Holloway, 1991).

A abordagem baseada na crítica da economia política não significa uma abordagem no sentido ‘derivacionista’<sup>19</sup>, em que todas as relações são derivadas das relações de produção, em que existem leis gerais do capitalismo das quais pudessem retirar as demais relações. A questão está em compreender como o modo de produção capitalista coloca o ‘capital’ de modo totalizante como uma relação entre pessoas expressas por uma relação entre coisas. Ao contrário do abstracionismo, deve-se traçar a conexão interna do fenômeno social, uma relação interna que constitui o fenômeno social e sua relação com os outros modos de existência de relação interna, que na nossa sociedade ocorre pela existência do trabalho dentro do conceito do capital (Bonefeld, 1992, p:104). A formação do capital como uma relação social prescinde da sua formação como classe, como a classe operária detentora da sua própria força de trabalho separada dos meios de produção em posse dos capitalistas.

O que Marx nos mostra é como no modo de produção capitalista as relações sociais entre pessoas são apagadas, para se erguer um mundo de relações entre coisas, em que o lucro é visto como algo natural da própria posse do capital, assim com o salário advém do trabalho. O conflito de classe, portanto, apesar de se apresentar ausente também existe no plano da produção, a própria forma como se configura a relação de produção não é uma derivação meramente técnica, mas oriunda de uma dada relação social. O conflito de classe não ocorre simplesmente através de grupos de interesse organizados, o conflito de classe deve ser entendido na sua própria constituição diária da sua reprodução<sup>20</sup>. A classe operária não é desorganizada apenas do ponto de vista do estado, a própria relação de produção se garante desse processo. Entender o conflito de classe como forma da relação entre capital trabalho é entender que ao mesmo tempo em que o trabalhador que aumentar seu salário também quer permanecer empregado, assim como o capitalista com seu lucro e sua produção.

O indivíduo, tanto capitalista quanto operário, quando se coloca no seu conflito de interesses distributivo no plano ideológico e político, como coloca Poulantzas, em realidade já está submetido as relações sociais do capital, por isso não faz sentido essa simplificação de ver imediatamente na relação entre organizações políticas a luta de classe. Os conflitos políticos surgem como formas desenvolvidas da luta de classe que se constituem no nível das relações de produção, o que nos leva a necessidade de compreender como as várias instituições políticas e semipolíticas se desenvolvem na base do conflito centradas em barreiras específicas para a valorização do capital. (Clarke, 1977).

A própria produção deve ser entendida como uma forma política, como uma forma da contradição entre capital e trabalho. “As relações políticas não correspondem, ou não são reproduzidas, primariamente pelas relações econômicas, como funções do estado para a acumulação capitalista. A política complementa o econômico, como formas diferentes do mesmo antagonismo de classe fundamental.” (Bonefeld, 1992, p: 113). O político e o econômico, portanto, se movem como formas complementares mediadas como um momento do próprio movimento da contradição entre classe e trabalho. A fragmentação aparente entre o político e econômico que aparece como uma relação entre coisas (estrutura) é parte da própria fetichização dessa sociedade burguesa. (Holloway, 1980, 1991).

---

entendidos causados pelas análises baseadas em frações de classe no Brasil na primeira década século XXI. A exposição dessa interpretação do conflito de classe e do estado a partir de uma perspectiva crítica pode ser visto em: Bonefeld (1992, 2014) Holloway (1991), Clarke (1978, 1991).

<sup>19</sup> As abordagens derivacionistas (ver Offe (1975) e Hirsh (1978)), assim como a visão desse trabalho, parte da importância de entender as relações capitalistas a partir de um processo unitário. Contudo, as abordagens derivacionistas entendem essa concepção unitária a partir das leis do movimento do capitalismo (do capital em geral), da qual se derivaria o estado, o qual leva ao mesmo retorno do reducionismo economicista e da ‘fascinação’ por leis do capital que se tornam ‘naturais’. O derivacionismo, por fim, retorna aos mesmos problemas estruturalistas, desarticulando as lutas de classe para a primazia das leis gerais do capitalismo, o que implica em “subordinates class struggle as a motor of history to a predetermined, objectively given, development of capitalism”. (Bonefeld, 1992, p: 95).

<sup>20</sup> As crises e opressões do capitalismo só são vistos em momentos dramáticos como crises financeiras e casos de opressão extrema. Contudo esse conflito é permanente, dentro da realidade diária do modo de produção capitalista, como expressados pela pressão da competição que leva a uma intensificação do conflito de classes, a desvalorizações de capitais, destruição de capacidade produtiva e o deslocamento do trabalho . (ver: Holloway, 1991)

O estado não deve ser visto como um mero estado em uma sociedade capitalista, o qual teria uma fração de classe em seu comando determinada pela relação de produção. O estado deve ser entendido como um momento do antagonismo do capital e do trabalho, como uma forma da materialização política dessa relação, o que implica na impossibilidade do estado ser entendido como um agente das leis do capital. A constituição histórica no capitalismo do trabalho abstrato como relação social de reprodução, criação de mais valor de forma universalizada, pressupõe a própria constituição histórica do estado.

Pensar o 'capital', como relação social, é pensar o estado. Essa formação histórica do estado irá transformar a partir das relações políticas pessoais de dominação uma normalização política da sociedade burguesa. (Bonefeld, 1992, p: 115). No sistema capitalista a garantia formal dos direitos de propriedade se inverte em garantias substantivas de dominação, o que leva o estado, como seu garantidor, a ser um momento no contexto do processo de valorização. (Gunn, 1987). Dentro dessa perspectiva, a produção de mais valor como unidade contraditória é recolocada na forma do estado, no sentido de concentrar a realidade da exploração através da garantia da liberdade e da igualdade formal dos direitos de propriedade.

O estado não é uma função de alguma lei do capital, mas uma determinação social específica, que como pré-condição histórica para as próprias relações sociais de produção do capital, faz os interesses particulares da produção capitalista ser subsumidos como interesses universais pelas garantias concedidas pelo estado. (Bonefeld, 1992). Ao ser o garantidor da reprodução social e das condições de igualdade e liberdade passa a ser compreendido como um espaço universal e não como um garantidor de interesses particulares, dado que a própria separação da força de trabalho dos meios de produção não é mais vista como um interesse particular. O processo de criação do mais valor como unidade contraditória que se origina da contradição entre o capital e o trabalho é mediado pela forma do estado como um ser externo, como um espaço de universalidade de uma comunidade com seus distintos interesses, o que revela uma comunidade de forma alienada nessa externalidade do estado. (Bonefeld, 1992).

O estado como uma comunidade de interesses universais (alienada) é visto, portanto, como uma esfera externa ao econômico, como um espaço em que a contradição da produção de mais valor (trabalho como capital) é resolvida e unificada pelo conflito de classes dentro desse estado. O conflito tanto no nível do indivíduo quanto do capital em particular passa a ser considerado como unidade somente do estado, retirando (ou 'apagando') o caráter de unidade do capital-em-geral como nos tinha revelado Marx. A conceituação do estado como arena externa do conflito de classe desfaz a própria noção do capital-em-geral como unidade da relação social capitalista, o que desfaz os próprios limites do capital e do estado dentro dessa sociedade<sup>21</sup>.

O estado em Poulantzas é visto como esse espaço externo em que se encontraria a unidade dos capitais particulares e dos próprios indivíduos, entretanto do ponto de vista social, capitais particulares só podem existir como parte do capital social total (capital-em-geral), e somente dessa forma que eles dividem a distribuição do mais valor que é produzido pela exploração da força de trabalho. No estado composto por frações de classe há uma subordinação da distribuição de mais valor pelo estado, o que confere ao conflito entre frações a sua importância, mas o que também coloca a questão de como determinada fração (capital particular) obtém a dominação política, ideológica e econômica que Poulantzas admite no bloco no poder? Ainda que assumamos a dominação de determinada fração no bloco do poder como dada, quais são os limites para a hegemonia dentro desse estado e desse próprio estado na sociedade? Poulantzas não dá nenhuma resposta suficiente, apenas afirmando diversas vezes que fica em aberto dado o 'jogo' ou 'conflito' político dentro do estado. Como mostramos a resposta dentro dessa abordagem seria impossível, dada a sua separação da produção com a distribuição e da completa desconsideração da unidade do capital-em-geral na produção de mais valor.

Como vimos na seção anterior, a falta de consenso do que seria esse caráter hegemônico e de qual classe seria seu detentor é evidente, o que revela a dificuldade em compreender a unidade da reprodução

---

<sup>21</sup> The limits of capital are, at the same time, limits of the state: the presence of labour within capital. The activities of the state 'are bound and structured by this precondition [the reproduction of the capital relation] of its own existence, by the need to ensure (or attempt to ensure) the continued accumulation of capital' (Holloway/Picciotto 1978, p. 25)." [Bonefeld, 1992, p: 121]

capitalista sem a ideia do capital-em-geral, ou melhor, conferindo ao estado como elemento externo essa unidade do capital social total. As análises através dos interesses do capital se mostram incapazes de mostrar como esse estado se liga a determinada classe específica, muitas vezes caindo em generalizações da necessidade do capital ou em curtos períodos de identificação de uma fração hegemônica com políticas específicas. “Thus we find the fractionalist couple of overpoliticisation/economism reappearing: the fractionalist approach is unable to explain the limits on the ability of the state to intervene in the interests of particular capitals (or of any other particular interests) with outfalling back into a functionalist reductionism that simply identifies the state with the needs of capital .” (Clarke, 1978, p: 46).

As abordagens baseadas na teoria de Poulantzas intencionam apresentar a autonomia do Estado (ou uma relação não totalmente reducionista do econômico) através da identificação do campo político (representado pelo Estado) com o capital-em-geral, ou melhor, supondo apenas a existência do capital social total na esfera do Estado. Essa simplificação da unidade do sistema capitalista implica em os conflitos do capital ser resolvidos apenas na esfera do Estado e não também pelo capital em geral, por isso a dificuldade de entender os limites dos capitais particulares, do capital em geral e do próprio estado. Não por acaso dentro dessas abordagens (como mostrado na seção anterior), uma determinada articulação política é vinculada tendo como hegemonia várias frações de classe distintas, dependendo do modo em que se observa a forma do estado.

A questão central dos mal entendidos da obra de Poulantzas está em se restringir e naturalizar na aparência do conflito entre capitais e entre classes no interior do estado, sem compreender como essa relação ocorre pelo capital-em-geral, e como da sua contradição interna se articula na sociedade. Por sua vez o conceito do capital em geral não dissolve a independência dos capitais individuais, apenas apresenta seus limites, como mostrou Marx, revela seus limites sociais, ou seja, os limites do capital em extrair e apropriar mais valor. Por isso se coloca a importância de por um lado tratar da relação do capital em geral com os capitais em específico e do outro desse capital em geral com o estado, considerando essas relações no contexto da relação de classe fundamental da sociedade capitalista, o conflito entre capital e trabalho. O que as abordagens ‘fracionalistas’ fazem é simplificar a relação e ver imediatamente na relação entre organizações políticas a luta de classe, o que leva a essa ser vista por fim como disputas em grupos de pressão. (Clarke, 1978).

Na próxima seção iremos aprofundar esses limites dessa abordagem ‘fracionalista’ no caso concreto do Brasil nos anos 2000, com a intenção de apresentar de maneira sucinta como o debate é mistificado e muitas vezes mal entendido pela relação do conflito de classes diretamente vinculado com os interesses das fontes de renda.

### **Os limites do Capital e do Estado no Brasil nos anos 2000: breves apontamentos.**

A intenção desse trabalho não é negar a importância dos conflitos de classes no sistema capitalista, muito menos da concretude e da relevância que os interesses e os grupos políticos organizados dessas classes possuem. Entretanto, o que se pretende mostrar nesse artigo é como essa existência do conflito de classes na forma de grupos de interesse apesar de ser concreta e real deve ser compreendida como uma aparência mistificada da sociedade baseada no modo de produção capitalista. A crítica da economia política de Marx ao criticar o olhar ‘perplexo’ dos economistas clássicos que se paralisavam diante aos movimentos ‘mágicos’ do capital, não negava o aspecto concreto desse movimento, mas apontava a necessidade de revelar a sua real essência que transforma relações sociais entre homens em relações sociais entre coisas. Apesar da concretude das frações de classe, a sua dominação dentro do estado deve ser vista simplesmente como algo aparente. Não por acaso a extrema dificuldade de identificar qual a fração específica que possuía a hegemonia dentro de um bloco de poder tão destacado e com uma durabilidade tão pequena como o ocorrido no Brasil em meados dos anos 2000. Como argumentamos na seção anterior, cabe-nos compreender como em um momento específico o estado toma uma forma correspondente com a contradição social do modo de produção capitalista, ou seja, como ocorre a contradição entre o capital e o trabalho em um determinado momento e como se constrói a sua forma política dentro do estado, o que difere totalmente de se assumir diretamente a sua aparência no movimento de um conflito de interesses. Nessa seção tentaremos expor algumas breves notas com relação a essa forma do Estado brasileiro nos anos 2000, com destaque para os desdobramentos do capital

monetário e dos capitais específicos, dado a importância para o entendimento das formas do estado e dos principais mal entendidos das abordagens que incorporam a questão de classe<sup>22</sup>.

O caso da África do Sul com seu tenebroso período do ‘Apartheid’ pode nos trazer alguma luz sobre a questão de classes no Brasil recente. Diferentemente da analogia feita por Francisco de Oliveira, com relação ao período final do Apartheid com uma ‘hegemonia às avessas’ dos dominados, nos referimos ao extenso debate em meados dos anos de 1970 sobre o próprio surgimento dessa horrível forma de estado no final da II Guerra Mundial com as eleições de 1948<sup>23</sup>. As particularidades do caso Sul Africano, como o desmantelamento do seu antigo modo de produção (base pré-capitalista), forte presença de uma indústria de alta produtividade ligada ao setor externo (indústria mineradora), crescente setor financeiro internacional com o pós-guerra, grande desigualdade social (racial, mas também entre os africanos e os imigrantes recentes, especialmente ingleses, além das diferenciações entre as várias etnias e a grande população de imigrantes indianos), desagregação da mão de obra com um grande contingente populacional fora do mercado de trabalho, podem facilmente ser comparadas com o caso brasileiro. Os primeiros trabalhos que tentaram entender esse quadro partiram de uma perspectiva de como se estruturou um estado segregacionista na direção de resolver o conflito capitalista na África do Sul, ao que se seguiu uma ‘avalanche’ de trabalhos associando os movimentos políticos com os diversos e variados interesses que surgiram dessa fragmentação do país. Essa análise fracionalista e pluralista ganhou espaço com o terreno fértil das várias particularidades específicas da África do Sul, dado o relacionamento direto entre os grupos específicos de interesse e a nova dinâmica do capitalismo no pós-guerra nos estados periféricos.

No Brasil atualmente, como apresentamos através do debate sobre a questão de classes na segunda seção, também há um campo fértil para essas interpretações que se deixam tomar pela aparência, colocando sobre interesses específicos relações sociais que acontecem sob ‘suas costas’, i.e., mudanças nas próprias relações sociais de produção. Uma forma para iniciar a compreensão dessas transformações é através da centralidade do capital monetário nas economias atuais, a qual de certa forma pode ser visto como uma *forma* do capital-em-geral<sup>24</sup>. Como mostrou Williams (1975) para o caso sul africano, devemos buscar entender como se desenvolve as contradições sociais em termos da reprodução do capital social total e não em termos do conflito político entre frações do capital. Entretanto, como podemos nos aproximar da compreensão dessa análise da reprodução do capital social total em um nível mais concreto de análise? Para respondermos essa difícil questão necessita-se ter em mente as formas de materialização desse capital social total (capital-em-geral) e suas relações tanto entre os capitais particulares, como desse capital total com sua forma política no estado. Quando Marx discute a diferenciação do capital-em-geral ele faz uma clara distinção entre diferenciar a particularidade desse capital específico em relação aos

---

<sup>22</sup> A intenção dessa parte do trabalho está longe de ser uma análise extensiva ou pormenorizada, a qual deve ser objeto de uma exposição futura. A questão de classe abrange tanto a questão da relação entre os capitais particulares e os capitais-em-geral, quanto da relação dos indivíduos com o capital, o que representa a própria relação entre capital e trabalho. Por uma mera questão de escopo, nessa seção nos restringiremos mais a primeira questão, entretanto sem ignorar a importância e a necessidade de análise da questão do trabalho e do salário, de como a concorrência e a acumulação dentro da contradição do capital impõe-se na sociedade. Portanto sem um tratamento do conflito entre salário e renda como algo exógeno, como se pudesse ser tomado como algo dado, mas ao contrário, devendo ser compreendido dentro das próprias relações sociais do capitalismo, as quais englobam também outras esferas do conflito, como: a educação, os sindicatos e movimento sociais.

<sup>23</sup> O debate marxista sobre o surgimento do estado de Apartheid na África do Sul emergiu das importantes contribuições de Wolpe (1972) e Legassick (1974), ao que se seguiu o trabalho de Williams (1975). Essas contribuições focavam na compreensão de como o desenvolvimento do ‘apartheid’ foi uma expressão do conflito de classe na África do Sul, i.e., como uma forma do controle da classe trabalhadora que se desenvolvia de modo segregacionista durante o período da segunda revolução industrial. Contudo, o debate posterior não segue essa mesma pesquisa, se concentrando em análises sobre os interesses dos grupos específicos em disputa, centrando na relação direta do estado de ‘apartheid’ com a coligação entre a burguesia nacional que se desenvolvia e a classe operária branca segregacionista ávida por ‘privilégios’ e ‘distinções’. Dentre esses trabalhos podemos destacar Morris (1976); Kaplan et al. (1977); Fransman and Davies (1977).

<sup>24</sup> “Money capital is the rational expression of equality, productivity, repression and thinghood that characterizes the determination of wealth as social process of abstract labour. (...) As a relation of formal equality, money signals the inequality of property relations and represents formal equality as a relation of domination. Whether money serves as measure, medium of exchange or capital, it realises and represents the social process of value whose existence appears to be constituted by the property of capital and not by the property of labour as the formative power of social reality. Money as form of value measures the productive power of capital to impose work in a repressive and oppressive, nevertheless contradictory, way.” (Boneld, 1992, p:110 e 111).

outros capitais específicos e de diferenciar em termos da forma específica desse capital em relação ao capital social total. Essa forma particular específica se refere as ‘funções’ próprias dentro do circuito do capital em geral, a qual toma essa certa forma em um período de desenvolvimento específico do capitalismo (Clarke, 1978).

Durante os anos de 1990 e com continuidade nos anos 2000 ocorreu uma expansão do capitalismo como uma *forma* neoliberal de expansão, em que teve um predomínio a sua fação financeira. De certa forma esse período pode ser comparado ao momento do ‘imperialismo’, em que diferentes formas do capital param de possuir funções independentes, dado que são integrados no capital financeiro<sup>25</sup>. Nesse momento de primazia do capital financeiro os capitais particulares (produtivos) param de ter existência independente como formas de capital, o que leva a capitais que possuíam uma necessidade capitalista de produção (como geração de mais valor) parar de existir como forças sociais significantes.

Não por acaso no caso brasileiro esse fenômeno é totalmente evidente pela centralidade da questão financeira, mas principalmente materializado na relação entre esse capital e os capitais particulares, onde obteve destaque a particularidade histórica de uma política monetária ‘liberal’ ao mesmo tempo da constituição de um enorme banco voltado para crédito de longo prazo subsidiado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>26</sup>. A dificuldade de conceituação das frações dos capitais dominantes fica clara nas análises mostradas na primeira seção, em que não se sabe quem está em posição hegemônica, se é a burguesia nacional interna, se é a burguesia nacional interna para exportação, se é o capital financeiro ou se é o capital financeiro nacional. Essa breve citação de possibilidades pode ainda ser expandida se diferenciarmos essa produção nacional entre produtos de maior teor tecnológico e produtos baseados em recursos naturais. Por mais que esmiuçamos as infinidades de taxas de lucros de cada ramo de produção para relacionar com os diversos interesses das classes dominantes industriais e financeiras ainda recairemos nos limites dados pela relação do capital particular como capital-em-geral<sup>27</sup>. Como nos mostrou Marx, o capital não é algo fixo e físico, ao contrário, e essa é exatamente a perversão da sociedade capitalista, o qual nos dificulta ver o capital como uma relação social. Como mostramos na seção anterior, a questão a ser colocada não esta nas frações e em seus interesses, mesmo sendo o interesse da pesquisa no nível político. Para tal pesquisa devemos nos deter em como no caso brasileiro em meados dos anos 2000 surgem instituições políticas e semipolíticas desenvolvidas na base do conflito centradas em barreiras específicas para a valorização do capital, sem cair em uma simplificação reducionista para uma luta de interesses específicos<sup>28</sup>.

Como apresentamos na seção anterior não é possível identificar as políticas do estado que favoreceria um determinado setor com as políticas que favoreciam diretamente um determinado capital, dado a identificação e distinção dos capitais específicos nos capitais particulares. Esse procedimento só

---

<sup>25</sup> A discussão sobre a centralidade do capital financeiro no período neoliberal é extremamente extensa, sendo apenas assumido aqui para compreensão de sua primazia sem espaço para maiores detalhes de como ocorre o surgimento e a dominação dessa forma do capital. A visão aqui assumida se assemelha com o importante estudo de Dimitris Sotiropoulos, John Milios and Spyros Lapatsioras (2013).

<sup>26</sup> O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obteve um extraordinário crescimento na década, passando de US\$ 17 bilhões em 2004 para US\$ 80,3 bilhões em 2013, um crescimento de 378% em menos de uma década. O BNDES historicamente opera com parte dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mas desde 2008 o governo através do Tesouro Nacional tem injetado recursos diretamente por meio de títulos públicos com taxas de juros de longo prazo. Em 2012 dos desembolsos totais 35% foram para infraestrutura concentrados basicamente em energia e transporte (escoamento da produção). Dos 30% destinados a indústria, 42% foram destinados para os setores de ‘alimentos e bebidas, ‘papel e celulose’, ‘indústria extrativa’ e química e petroquímica.

<sup>27</sup> "It is a necessary prerequisite of the aggregate process of production, especially for the social capital, that it is at the same time a process of reproduction and hence a circuit of each one of its elements . . . Therefore it can be understood only as motion, not as a thing at rest . Those who regard the gaining by value of independent existence as a mere abstraction forget that the movement of industrial capital is this abstraction in actu. "(Capital, 1 1, pp .104-5)

<sup>28</sup> Como já colocamos, pelo escopo desse trabalho não será possível apresentar todas as mediações das barreiras existentes no período analisado. Nessa seção nos concentraremos nas esferas que se relacionam mais diretamente com o capital-em-geral, entretanto apontamos a importância nesse período da disputa ao que concerne mais diretamente a coesão do trabalho pelo capital, como deve ser apreendido no caso brasileiro, por exemplo: i) no conflito pelas universidades, com uma oposição entre universalização e privatização, ao mesmo passo ii) do enfraquecimento de organizações sociais ligadas aos sindicatos e a questão agrária, o que de certa forma foi amenizado iii) pela expansão do consumo e do crédito para camadas sociais antes marginalizadas.

faria sentido no caso de existência de barreiras no processo de valorização do capital que impedissem a unificação da relação de produção pelo capital-em-geral, ou seja, por alguma barreira que prevenisse a entrada de capitais. Ao considerarmos o processo de expansão do capitalismo neoliberal do Brasil na última década através das análises de classe na primeira seção, fica evidente a importância e o destaque do setor de produção baseado em recursos naturais, altamente relacionado com o novo posicionamento da China. Assim como nesse rearranjo da produção brasileira baseada em recursos naturais, chama aos olhos a sua similaridade com o caso sul-africano. Com a crise nos anos 20 e 30 em meio as turbulências da Guerra Mundial, os setores agrícolas, minerais e da indústria nacional foram amplamente afetados assim como os de emprego, o que levou ao seu crescimento posterior com a demanda advinda da guerra (em bens baseados em recursos naturais) necessitar de uma união entre esses grupos para possibilitar uma atuação mais forte do governo na promoção da economia sul africana. Os recursos naturais e a infraestrutura foram alavancados não devido a importância dos seus empresários dentro do Estado, mas devido a importância desses setores dentro do processo de acumulação do capital em geral, o qual necessitou do estado para se impor. Esse fortalecimento das áreas ligadas aos recursos naturais acabou por atrair capitais internacionais no pós-guerra para esses setores favorecidos e em expansão, o que colocou novamente esses capitais nacionais em situação complicada, assim como da classe operária que tinha se favorecido (Clarke, 1978).

Os setores como mineração e agricultura possuem uma maior regulação do Estado, ou maior ligação com vínculos e particularidades nacionais, dadas as estratégias de estado e as regulações nas compras de terras nacionais e de áreas de mineração. A existência dessas barreiras e desses impedimentos leva a dificuldade para o capital-em-geral (no caso atual do capitalismo em expansão de forma neoliberal o capital financeiro) se impor aos capitais particulares. Muitas vezes essa dificuldade, como no caso do Brasil e no caso da África do Sul, é resolvida através do auxílio do Estado. Entretanto, essa intervenção do estado acontece em sentido oposto ao apresentado pelas abordagens baseadas nas frações de classe. Essa intervenção não se deve aos interesses do capital particular, ao contrário, a maior participação do estado diretamente na economia se relaciona justamente com a dificuldade de prevalecer o capital-em-geral. Logo fica evidente que o capital em geral irá se impor politicamente somente quando não for possível se impor economicamente, como foi o caso da remodelação econômica vinculada com recursos minerais e agrícolas em meados dos anos 2000.

A maior participação do estado brasileiro no processo econômico nesse período é evidente, e não por acaso, mas como necessidade, justamente no setor responsável pela *forma* concreta do capital-em-geral, os capitais financeiros de longo prazo. Através do BNDES e de seu espantoso crescimento justamente nas áreas de indústria voltadas para exportação de produtos baseados em recursos naturais e de infraestrutura voltada ao escoamento dessa produção, o estado brasileiro pode garantir a supremacia não dos interesses dos capitais particulares, mas do capital-em-geral, que pode garantir a sua unidade da produção de mais valor em escala mundial<sup>29</sup>. As relações políticas, como no caso do fortalecimento do BNDES em áreas específicas, não reproduz relações econômicas, mas sim as complementa como formas diferentes da mesma relação social, a qual se expressa em diferentes formas do conflito entre capital e trabalho. A competição entre capitais particulares, como forma econômica, e suas regulações e privilégios, como forma política, não ocorrem de forma prejudicial, mas como formas complementares, as quais ao superar as barreiras impostas a valorização se colocam como capitais particulares independentes regulados como partes do capital social total (Holloway and Picciotto, 1977).

No caso da África do Sul nos anos de 1920 e 1930 o desmantelamento da formação com maior caráter nacional pela forte entrada do capital estrangeiro interessado pelos altos ganhos desses setores ligados aos recursos naturais trouxe fortes prejuízos tanto para essa burguesia nacional quanto para os operários que obtiveram ganhos com as políticas vinculadas a essa expansão. No Brasil de 2015 já parece

---

<sup>29</sup> The result is that, in the most general terms, the contradiction inherent in capitalist accumulation appears to the state in the form of the barriers to the sustained accumulation of domestic productive capital presented by the overaccumulation of capital on a world scale. Although the state cannot resolve the contradictions inherent in capitalist accumulation, it can contain the political impact of those contradictions to the extent that it is able to secure the integration of the accumulation of domestic productive capital into the accumulation of capital on a world scale, and so provide a basis on which to secure the political integration of the working class.” (Clarke, 1992, p. 136)



estar em curso o desmantelamento desse capital nacional vinculado com os recursos naturais e a infraestrutura para seu escoamento, assim como os fortes prejuízos e dificuldades para as camadas trabalhadoras<sup>30</sup>. Os acontecimentos que se seguiram a esse processo na África do Sul são tenebrosos e de amplo conhecimento, no caso brasileiro nos basta esperar para saber quais serão os prosseguimentos nessa sociedade em clara expansão das radicalizações sociais, ideológicas, políticas e econômicas.

## Conclusão

A intenção desse trabalho foi apresentar a partir de uma perspectiva crítica o fortalecimento do debate e das análises que incorporam a concepção de classe dentro do desenvolvimento político e econômico brasileiro. Contudo, o objetivo não foi de esmiuçar as frações de classe e propor uma nova análise, mas sim de elaborar uma crítica teórica que possibilite entender as origens para os mal entendidos sobre o Brasil atual. Por fim, na seção anterior, objetivou-se elaborar algumas notas que apontassem uma interpretação alternativa para a visão reducionista de um conflito de interesses na sociedade brasileira, as quais se concentraram na relação dos capitais particulares com o capital-em-geral, para assim entender o papel do estado dentro da unidade do modo de produção capitalista.

As abordagens baseadas na teoria de Poulantzas intencionam apresentar a autonomia do Estado (ou uma relação não totalmente reducionista do econômico) através da identificação do campo político (representado pelo Estado) com o capital-em-geral, ou melhor, supondo apenas a existência do capital social total na esfera do Estado. Essa simplificação da unidade do sistema capitalista implica em compreender os conflitos do capital resolvidos apenas na esfera do Estado e não também pelo capital em geral, por isso a dificuldade de entender os limites dos capitais particulares e do próprio estado dentro da sociedade. Não por acaso dentro dessas abordagens, uma determinada articulação política é vinculada com várias frações de classe distintas, dependendo do modo em que se observa a forma do estado.

A questão central dos mal entendidos da obra de Poulantzas está em se restringir e naturalizar a aparência do conflito entre capitais e entre classes no interior do estado, sem compreender como essa relação ocorre pelo capital-em-geral, e como da sua contradição interna se articula na sociedade. Por sua vez o conceito do capital em geral não dissolve a independência dos capitais individuais, apenas apresenta seus limites, como mostrou Marx, revela seus limites sociais, ou seja, os limites do capital em extrair e apropriar mais valor. Por isso se coloca a importância de por um lado tratar da relação do capital em geral com os capitais em específico e do outro desse capital em geral com o estado, considerando essas relações no contexto da relação de classe fundamental da sociedade capitalista, o conflito entre capital e trabalho.

Não por acaso no caso brasileiro esse fenômeno é totalmente evidente pela centralidade da questão financeira, mas principalmente materializado na relação entre esse capital e os capitais particulares. A dificuldade de conceituação das frações dos capitais dominantes fica clara nas análises mostradas na segunda seção, em que não se sabe quem está em posição hegemônica, se é a burguesia nacional interna, se é a burguesia nacional interna para exportação, se é o capital financeiro ou se é o capital financeiro nacional. Por mais que esmiuçamos as infinitudes de taxas de lucros de cada ramo de produção para relacionar com os diversos interesses das classes dominantes industriais e financeiras ainda recairemos nos limites dados pela relação do capital particular como capital-em-geral. Como nos mostrou Marx, o capital não é algo fixo e físico, ao contrário, e essa é exatamente a perversão da sociedade capitalista, o qual nos dificulta ver o capital como uma relação social.

A maior participação do estado brasileiro no processo econômico em meados dos anos 2000 é evidente, e não por acaso, mas como necessidade, justamente no setor responsável pela *forma* concreta do capital-em-geral, os capitais financeiros de longo prazo. Através do BNDES e de seu espantoso crescimento justamente nas áreas de indústria voltadas para exportação de produtos baseados em recursos naturais e de infraestrutura voltada ao escoamento dessa produção, o estado brasileiro pode garantir a

---

<sup>30</sup> A referência ao ano de 2015, primeiro ano de mandato do segundo governo Dilma, se deve por um lado a crise política condensada na 'Operação Lava-Jato' e nas graves manifestações em favor ao impeachment, por outro à crise econômica com aumento da inflação e queda do crescimento, a qual é agravada com as políticas de 'austeridade' impostas pelo ministro da Fazenda, com largo vínculo ao mercado financeiro, Joaquim Levy. As próprias eleições de 2014 podem ser enquadradas dentro desse quadro de crise, com o perfil da bancada do congresso muito mais ligado aos setores conservadores.

supremacia não dos interesses dos capitais particulares, mas do capital-em-geral, que pode garantir a sua unidade da produção de mais valor em escala mundial.

## **Bibliografia**

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. (2010) “A inflexão no governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda.” In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.). *Brasil: entre o passado e o presente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 2010.

BOITO Jr., Armando. “A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

Bonefeld, Werner (1992) “Social Constitution and the Form of the Capitalist State”, in: “Open Marxist – Volume I”; edited by: Werner Bonefeld, Richard Gunn and Kosmas Psychopedis. Pluto Press, London, 1992.

Bonefeld, Werner. (2014) “Critical theory and the critique of political economy : on subversion and negative reason”. Bloomsbury Academic, London, 2014.

Carnoy, M. (1986) *Estado e teoria política*. Campinas/SP: Papyrus.

CASTELO, Rodrigo. (2010) *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latinoamericano*. In: (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

Clarke, S. (1977) “Marxism, Sociology and Poulantzas Theory of the State”, *Capital & Class* (1), no. 2, 1–31 (1977).

Clarke, S. (1978) ‘Capital, Fractions of Capital and the State’, *Capital & Class* (2), no. 2, 32–77(1978).

Clarke, S. (1991) *The State Debate* (ed.), London: Palgrave, 1991.

Clarke, S. (1992) “The Global Accumulation of Capital and the Periodisation on the Capitalist State Form”, in: “Open Marxist – Volume I”; edited by: Werner Bonefeld, Richard Gunn and Kosmas Psychopedis. Pluto Press, London, 1992

Dimitris Sotiropoulos, John Milios and Spyros Lapatsioras (2013) *A Political Economy of Contemporary Capitalism and Its Crisis: Demystifying Finance* Routledge, New York and London, 2013.

Fransman, M . and Davies, R . (1977) “The South African Social Formation in the Early Capitalist Period, circa 1870-1939”. Some Views on the Question of Hegemony, in Adler, 1977.

Gonçalves, Reinaldo. (2012) *Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 530, fev. 2012.

Gonçalves, R. (2014) "Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores." *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* 37.

Gunn, Richard. ‘Notes on Class’, *Common Sense*, no. 2, 15–25 (1987). Available at: <http://commonsensejournal.org.uk/issue-two/>.

Jessop, Bob. (2009) “O Estado, o Poder, o Socialismo de Poulantzas como um clássico moderno”, in: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

Hirsch (1978) 'The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State', in Holloway/Picciotto (1978).

- Holloway, John. (1991) 'The State and Everyday Struggle', *The State Debate*, edited by Simon Clarke, 225–59 (London: Palgrave, 1991).
- Holloway, John and Picciotto, Sol (eds). *State and Capital. A Marxist Debate* (London: Edward Arnold, 1978).
- Holloway (1980) 'State as Class Practice', in *Research in Political Economy*.
- Legassick, M. (1974) *South Africa : Capital Accumulation and Violence, Economy and Society*.
- Lukacs, G. (1971) *History and Class Consciousness*, Merlin Press, 1971.
- MARX, Karl. (1867) *O Capital*; Livro I – Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1996 (Coleção "Os Economistas").
- MERCADANTE, Aloizio. *Brasil: a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- Morris, M (1976b) The Development of Capitalism in South Africa, *Journal of Development Studies*.
- Offe, Claus. (1975) "The Capitalist State and the Problem of Policy Formation", in: Leon Lindberg (ed), *Stress and contradiction in contradiction contemporary Capitalism* (D.C. Heath, 1975) pp. 125-144.
- Oliveira, F. (2010) Hegemonia às avessas. In. OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- Pinto, E. (2010) *Bloco no poder e governo Lula*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pinto, E. (2014) *Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica*. *Revista de Economia Política*, 2014.
- POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- Poulantzas, N. (1968 | 1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- Poulantzas, N. (1978 | 1985) *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1985.
- Singer, A. (2009) "Raízes sociais e ideológicas do lulismo." *Novos estudos-CEBRAP* 85: 83-102.
- Teixeira, R.; Pinto, E. (2012) "A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico." *Economia e Sociedade* (edição especial) 21 (2012): 909-941.
- Kaplan, D . ; Morris, M . ; Davies, R . and O'Meara, D . ("et al .") (1977) *Class Struggle and the Periodisation of the State in South Africa*, *Rape*, 7.
- Williams, M . (1975) *An analysis of South African Capitalism : Neo-Ricardianism or Marxism?* CSEB, IV 1.
- Wolpe, H . (1972) *Capitalism and Cheap Labour Power, Economy and Society*.